

1 Introdução

“[D]esde o fim da guerra e da assinatura do Acordo de Dayton, quanto mais as coisas mudaram, mais permaneceram iguais. Ainda é cedo para declarar vitória sobre o nacionalismo extremo e o lucro massivo que preveniram a recuperação e o funcionamento ordenado do Estado da Bósnia.”

Lippman, 2004, Tradução livre da autora.

Quase dez anos depois do fim da Guerra da Bósnia (1992-1995), faz-se necessário avaliar o que deu certo e o que deu errado após a assinatura do Acordo de Dayton, que finalizou o conflito entre muçulmano-bósnios, croata-bósnios (católicos) e sérvio-bósnios (ortodoxos) da região¹, no contexto da dissolução do então Estado iugoslavo, com a criação da República da Bósnia-Herzegovina, formada por duas entidades autônomas – a República Srpska e a Federação da Bósnia-Herzegovina. Calcado em modelos racionalistas de resolução de conflitos, o acordo que deu fim à Guerra da Bósnia propôs a paz entre as partes de modo a separá-las e garantir por meio da lei a participação igualitária das três etnias nas esferas política e social.

Desde a assinatura do acordo de paz, em 14 de dezembro de 1995, em Paris, a comunidade internacional tem tido um papel fundamental no país, agindo de forma a evitar as hostilidades e a criar uma sociedade democrática, calcada na pluralidade étnica, conforme prevê o documento. O envolvimento internacional surgiu como uma solução temporária para a região, uma vez que o objetivo era a criação de um Estado independente e democrático capaz de lidar com as diferenças étnicas da população e responder a suas demandas².

Duas questões centrais motivaram a ação da comunidade internacional na busca desta solução. A primeira referia-se ao fim dos conflitos entre as partes. O segundo ponto frisava que, com o cessar da violência, a Bósnia poderia

¹ É preciso destacar que apesar de em muitos momentos os grupos beligerantes da Bósnia serem identificados por sua orientação religiosa, o conflito em si não teve um cunho religioso. O papel da religião limitou-se a apoiar e legitimar vários tipos de nacionalismos (Powers, 1996).

² Ver Anexo 4 do Acordo de Dayton, que trata da Constituição da Bósnia, cujo preâmbulo afirma que a Carta Magna é “dedicada à paz, justiça, tolerância e reconciliação” e “comprometida com a soberania, integridade territorial e independência política da Bósnia-Herzegovina, em acordo com a lei internacional”. A íntegra do acordo está disponível em www.ohr.int.

reconstruir uma paz justa, na qual observadores internacionais considerariam uma solução multiétnica. No entanto, avaliações dos primeiros anos de implementação do acordo de paz indicam que as partes resistiram a de fato comprometer-se com o desenvolvimento de um país unificado, deixando boa parte da população sob o governo de autoridades monoétnicas de cada uma das entidades que formam a república, não concretizando a unidade do país³.

Se a Guerra da Bósnia marcou a diferença entre as comunidades étnicas que viviam há anos numa mesma região, levando ao massacre e ao genocídio de milhares de pessoas, o Acordo de Dayton e o conseqüente envolvimento de longo prazo da comunidade internacional parecem não ter solucionado a divisão étnica nem fomentado a criação de uma Bósnia realmente independente e autônoma. Esta dissertação tem como objeto o estudo da divisão étnica da Bósnia decorrente do Acordo de Dayton entre os anos de 1995 e 2002 – entre a assinatura do documento e as eleições gerais –, em busca do estabelecimento de uma relação entre tal divisão e a dificuldade de o país exercer sua soberania interna de forma autônoma e completa, frente à comunidade internacional, representada no Estado bósnio pelo Escritório do Alto Representante (EAR)⁴. Mostraremos que as instituições criadas pelo Acordo de Dayton – especialmente o EAR – acabam atuando de forma a dificultar o desenvolvimento de uma comunidade política independente dos estrangeiros e a reiterar as divisões étnicas na Bósnia.

Este trabalho tem como hipótese o fato de o Acordo de Dayton reforçar a separação do país em etnias, o que impede uma ação interna de fato conjunta, levando à necessidade de haver uma constante mediação estrangeira capaz de conter os extremismos de cada uma das partes. Resumindo, o acordo reifica a separação interna e a dependência externa. O objetivo de construção de um Estado multiétnico e independente politicamente⁵, portanto, parece não ter sido totalmente alcançado, devido ao próprio Acordo de Dayton, que estipula uma série de divisões étnicas bastante rígidas, assim como instituições que mantêm

³ Cousens & Cater, 2001, p. 13.

⁴ O EAR é a agência civil central para a implementação da paz na Bósnia. O Acordo de Dayton designou o EAR para supervisionar a implementação dos aspectos civis do pacto de paz sob os auspícios da comunidade internacional. Também tem a tarefa de coordenar as atividades de organizações civis e agências operando na Bósnia. Mais informações em no site oficial do EAR <www.ohr.int>.

⁵ “*Our goals were ambitious: first, to turn the sixty-day cease-fire into a permanent peace and, second, to gain agreement for a multiethnic state*” (Holbrooke, 1998, p. 231).

uma estreita relação entre a esfera nacional e a internacional em assuntos domésticos⁶.

Há um desequilíbrio entre a integridade da Bósnia na perspectiva da lei internacional e sua divisão em relação à esfera doméstica⁷, havendo uma soberania internacional do Estado bósnio que foi concedida pelo Acordo de Dayton, apesar de internamente o governo central mostrar-se enfraquecido frente às duas entidades formadoras do país, pondo em xeque a soberania interna. A intervenção internacional na Bósnia aparece como uma ação auto-reprodutora, uma vez que a presença estrangeira impede o desenvolvimento de soluções internas autônomas, levando o país a depender das intervenções da comunidade internacional para dar rumo ao país.

A partir da hipótese descrita acima, trabalhamos com a seguinte questão: Por que o Acordo de Dayton foi a solução para a Bósnia? Para entender a opção firmada em Dayton é preciso passar pela motivação e pelo processo de formulação dos acordos. Para isso, analisamos a negociação do acordo e sua implementação para entender como a intervenção da comunidade internacional, prevista pelo documento, acaba tornando-se auto-reprodutora, como indica a hipótese.

O trabalho aplica a crítica pós-estruturalista ao modelo racionalista de resolução de conflitos, defendendo a construção de uma nova comunidade política como solução para os problemas internos da Bósnia. A idéia é que uma nova comunidade política poderia lidar com o problema bósnio, em vez dos tradicionais modelos de resolução de conflitos, como o firmado em Dayton, de modo a manter as diferentes partes trabalhando em união de modo a superar as diferenças. Seguindo as argumentações de David Campbell (1994, 1996a, b, 1998a, b, c), afirmamos que o alinhamento entre território e identidade, Estado e nação, é uma abordagem convencional que exhibe uma utopia perigosa e violenta num mundo inerentemente híbrido e poliétnico. Neste cenário, analisamos como o

⁶ “[Bosnia] will remain a limbo state, suspended in the gray zone between integration and partition. ‘Integration’ in the classic sense is unlikely, but growing cooperation between Bosnia’s fragments is likely, as it is likely between the successor-states to former Yugoslavia as a whole, including Bosnia” (Bose, 2002, p. 32).

⁷ Bose, 2002, p. 26. E nas páginas 24 e 25: “Robert Hayden, a forthright critic of Western policy towards the wars in Croatia and Bosnia as well as the post-war state-building intervention in Bosnia, plausibly observes that the post-war state is a ‘legal-fiction’, and that the internationally validated sovereignty on BiH is largely a ‘negative sovereignty (...) Dayton Bosnia is a more or less dysfunctional state.’”

envolvimento da comunidade internacional acabou reforçando ainda mais a divisão étnica, impedindo o desenvolvimento de soluções internas próprias que permitam a convivência harmoniosa entre as diferentes etnias que coabitam a Bósnia.

A ação internacional em áreas que foram palcos de conflitos – sejam guerras internas ou internacionais – é um tema extremamente atual, se levarmos em conta os recentes casos do Afeganistão, do Iraque, da Libéria e do Haiti. A construção da paz (*peacebuilding*) é um processo em evolução constante. Neste sentido, uma análise da experiência do pós-guerra na Bósnia pode ser válida para se evitar que falhas semelhantes sejam cometidas naquelas regiões, assim como os acertos destacados no trabalho podem ser empregados nas situações mais recentes. A experiência da Bósnia é ainda mais relevante se levarmos em conta o fato de ser uma das mais antigas, pelo menos no mundo pós-Guerra Fria.

Quase dez anos após o fim da guerra, a Bósnia ainda é uma área de elevado interesse acadêmico, uma vez que o Acordo de Dayton ainda não resolveu todos os problemas vivenciados pelos três grupos étnicos que habitam a Bósnia. O estudo do período pós-guerra apresenta-se como relevante também pelo fato de este recorte temporal ter sido menos avaliado do que o conflito em si ou o envolvimento americano para acabar com as hostilidades no país balcânico. Além disso, os trabalhos consultados para esta dissertação que avaliam o período pós-Dayton, em geral, limitam-se a dados que remontam até 1999. Este trabalho inclui os anos de 2000, 2001 e 2002. Esta dissertação apresenta-se como uma tentativa de levar adiante o debate a respeito do pós-guerra na Bósnia, de modo a discutir de forma crítica o acordo de paz e suas conseqüências para o futuro do país, seja em relação à integração étnica, a opção estatal ou à independência política bósnia frente à autoridade do EAR.

Vale destacar ainda que a instabilidade nos Bálcãs – como se testemunhou em março de 2004 com os choques étnicos entre albaneses e sérvios de Kosovo, ou nos conflitos ocorridos na Macedônia logo após a virada do século – também corrobora a idéia de que a região dá indícios de não ser palco de uma paz duradoura, mas sim de um caldeirão de ressentimentos que podem virar conflitos a qualquer momento. Por isso, avaliar o rumo do processo de paz é um tema relevante para a área de Relações Internacionais, que tem como uma de suas subáreas a segurança, a qual tem como um de seus eixos a resolução de conflitos.

No segundo capítulo desta dissertação, discutimos os modelos de resolução de conflitos que seguem a linha do que foi feito no Acordo de Dayton e apresentaremos opções alternativas a estes modelos. No capítulo três, discutimos as limitações do Estado moderno soberano e o por que de a Bósnia pós-guerra ter tido uma solução estatal. No capítulo quatro, analisamos a implementação do acordo de paz com base no estudo das ações do EAR na política doméstica da Bósnia.

Apontando a simplicidade como o complexo caso bósnio foi tratado⁸, o capítulo dois apresenta uma crítica aos modelos tradicionais de resolução de conflitos por meio da análise da experiência da Bósnia, mostrando que não há uma saída única e uniforme para todos os problemas, destacando a dificuldade de seguir um padrão ou uma série de medidas preestabelecidas para dar fim às hostilidades e reconstruir um país dividido pela guerra. Uma análise mais profunda – baseada na desconstrução pós-estruturalista – indica que os motivos da guerra podem ir além de uma origem histórica inevitável. Este tipo de análise poderia levar a uma solução diferente para a paz na Bósnia. Mas a dificuldade dos tomadores de decisão em analisar o problema de uma terra distante e desconhecida, limitou a abordagem e a solução. Assim, o cessar-fogo foi calcado na criação de barreiras entre as partes, de uma separação entre as diferentes etnias envolvidas, que parece não garantir de fato a criação de um país multiétnico e independente. Discutimos como a abordagem racionalista mostra-se como não sendo uma solução perpétua para o conflito bósnio, uma vez que separa as etnias de forma artificial, não superando as inimizades e não promovendo o multiculturalismo.

No capítulo três, aprofundamos a análise sobre a concepção do Acordo de Dayton, apresentando o processo de negociação do plano de paz e a atuação da comunidade internacional nesse período. Desta forma, podemos entender por que a solução para a Guerra da Bósnia foi centrada na criação de um Estado que abriga os três grupos que lutaram durante 42 meses, e criticar as modernas respostas estadocêntricas e a política de poder aplicadas aos modelos racionalistas de resolução de conflitos.

⁸ Campbell, 1998a; Bose, 2002.

Afirmamos, ainda no capítulo três, que um dos problemas da Bósnia pós-guerra é o fato de sua configuração estar dentro desta idéia fixa de ter um Estado calcado em arranjos modernos como a única saída e a democracia liberal como o regime deste Estado vestfaliano. Isso impede a busca de uma solução alternativa que contemple, por exemplo, uma outra forma de organização da comunidade política. Abordamos as avaliações a respeito do arranjo estatal criado pelo Acordo de Dayton, questionando a opção de divisão da Bósnia e de sua manutenção como um Estado único. Defendemos a opção de uma nova comunidade política, mais inclusiva, e que não seja baseada nos elementos do Estado moderno, como soberania e nacionalismo. E discutimos o dilema da intervenção internacional e a necessidade de uma ação externa constante para a manutenção da paz, quando o acordo que dá fim à guerra é calcado em arranjos racionalistas e modernos.

Ressaltamos no capítulo quatro a ação da comunidade internacional – especialmente por meio da análise de 101 ações do EAR entre 1998 e 2002 – em detrimento de uma solução cem por cento bósnia. Este é o ponto central deste trabalho, que se mostra como uma tentativa de estabelecer uma relação entre a manutenção das divisões internas na Bósnia e a dificuldade de o país tornar-se de fato independente e soberano internamente, sem a necessidade do monitoramento internacional. O papel do EAR é analisado de modo a mostrar como este órgão internacional intervém em diversas áreas da política Bósnia, como no afastamento da esfera pública de pessoas que violam os termos do acordo de paz.

Esta dissertação, portanto, pretende ir além da análise do processo de elaboração do Acordo de Dayton e da avaliação de suas conseqüências, como já fizeram alguns autores. A pesquisa foca-se em um ponto menos explorado – a relação entre a divisão interna e a presença internacional –, embora estes dois aspectos, já trabalhados por diversos autores, sejam de extrema importância para o desenvolvimento deste projeto. Ou seja, os períodos anterior e posterior ao acordo que deu fim à Guerra da Bósnia são essenciais para que se conclua em que medida a separação étnica dificulta o alcance de uma independência política completa do EAR, o que contemplaria a soberania política interna do país em relação à autoridade internacional, que tem a palavra final no que diz respeito à implementação civil do Acordo de Dayton.

Para analisar o pós-Guerra da Bósnia, é importante a utilização do arcabouço teórico desenvolvido na área de segurança e estudos da paz conhecido

como Resolução de Conflitos. Dentro deste escopo a pesquisa trabalharia fundamentalmente com as abordagens de *peacebuilding* e *State building*. A literatura de *peacebuilding* e *State building* dá destaque às dificuldades decorrentes do período pós-guerra, reiterando que o desafio está na construção da paz e não na assinatura de um cessar-fogo (*peacemaking*) ou na manutenção da paz (*peacekeeping*).

Toda a discussão apresentada acima, e que veremos nos próximos capítulos, decorre do fato de que, há muito, as respostas para se alcançar acordos de paz entre Estados são conhecidas pelos tomadores de decisão e teóricos das Relações Internacionais. Já as soluções para os conflitos dentro dos Estados eram menos óbvias, assim como os caminhos para que organizações internacionais manejassem tais confrontos – o caso da Bósnia pode ser enquadrado nestas situações. Os primeiros estudos a respeito das saídas para um conflito datam das décadas de 1950 e 1960, no auge da corrida nuclear (Miall, Ramsbotham & Woodhouse, 1999, p. 1). Anos mais tarde, com a dissolução da União Soviética chegou ao fim o período em que as guerras ocorriam fundamentalmente devido a fatores do sistema internacional, dentro do contexto de disputa bipolar que marcou a Guerra Fria. A partir de então, conflitos internos, étnicos, por questões de secessão dentro de fronteiras internacionalmente estabelecidas passaram a ser a norma, exibindo a fragmentação e o colapso de estruturas estatais, economias e sociedades como um todo. Assim, neste cenário, a resolução de conflitos tornou-se uma área especializada extremamente relevante no pós-Guerra Fria, uma vez que tal período foi marcado pelo surgimento de uma série de novos desafios.

Desde 1945, a maioria dos conflitos foi intraestatal e ocorreu em países em desenvolvimento. Por causa de seu potencial para espalhar-se para territórios vizinhos, sua ameaça à paz internacional e à estabilidade ou o desenvolvimento de superpotências, eles parecem ter componentes interestatais. A maioria dos conflitos no Terceiro Mundo pode ser rastreada na descolonização, na formação de novos Estados e nas subseqüentes lutas por controle político, legitimidade, ideologia, recursos e identidade. Mais recentemente, a transição do autoritarismo para o regime democrático também resultou no aumento da violência (Ackermann, 1999, p.13).

Os conflitos do fim do século XX podem ser caracterizados da seguinte maneira:

1. São armados e se espalharam por regiões geográficas antes consideradas menos propícias à violência interna;
2. Os intraestatais continuam a surgir, especialmente os etnopolíticos;
3. Aumentou o potencial de conflitos internos espalharem-se para os vizinhos;
4. As crises de refugiados geraram um custo para muitos países, especialmente para os pobres e os em desenvolvimento (Ibid, p. 15-16).

Tanto Mary Kaldor⁹ quanto K. J. Holsti¹⁰ tratam do fenômeno da guerra por um ângulo que tenta romper com a visão tradicional de conflito oferecida por Clausewitz, que considera a guerra como um fenômeno político de violência entre os Estados. Kaldor e Holsti identificam uma série de características específicas nos períodos históricos a que se referem – pós-Guerra Fria e pós-Segunda Guerra Mundial, respectivamente – e propõem-se a tratar destas novas guerras por meio de uma análise que contemple suas especificidades, buscando um afastamento das teorias clausewitzianas.

Apesar de os conflitos regionais e as lutas nacionais terem sido usados pelos protagonistas da Guerra Fria, para seus propósitos ou para atraparalhar os planos do oponente, esses conflitos também foram mantidos sob cuidadoso controle pelo sistema bipolar da Guerra Fria. Quando os constrangimentos sistêmicos da Guerra Fria desapareceram no fim da década de 1980, conflitos de vários tipos surgiram de novo. Muitos desses conflitos surgiram como herança de uma ordem doméstica comunista. Em outros lugares, assim como nos países de passado comunista, os conflitos surgiram de antagonismos profundos que estavam adormecidos ou mantidos sob controle. Quando o sistema de ordem nacional

⁹ O argumento central de Kaldor (1999) é que durante as décadas de 1980 e de 1990 – na qual se encaixa o caso bósnio – um novo tipo de violência organizada desenvolveu-se, especialmente na África e na Europa do Leste, como consequência da globalização. Ela chama este tipo de violência de “novas guerras” como forma de distingui-la do conceito de guerra desenhado num momento histórico anterior, marcado especialmente pela visão tradicional de Clausewitz.

¹⁰ Holsti (1996) afirma que nossas idéias sobre a guerra provêm das experiências européias e da Guerra Fria, das concepções de Clausewitz sobre o combate armado como uma extensão dos interesses dos Estados. Esta visão sobre o fenômeno da guerra diz respeito aos conflitos entre Estados. Mas o período que segue o fim da Guerra Fria, afirma Holsti apoiado em uma série de estatísticas e números disponíveis no apêndice de seu livro, é marcado por guerras dentro dos Estados. Neste sentido, ele destaca que conceitos analíticos como balança de poder, hegemonia, alianças e várias outras idéias ligadas à geopolítica de experiências passadas têm sua relevância questionada quando se trata de pensar as guerras no pós-1945, uma vez que a maioria delas, neste período, ocorreu dentro dos Estados. Por isso, para se pensar fenômenos de violência dentro intraestatais, não é útil o uso de instrumentos de análise típicos de fatos interestatais.

entrou em colapso, as pessoas recorreram às identidades étnicas e confessionais que excluía os outros com os quais eles antes viviam em harmonia. Pressões internacionais por competitividade política pluralista e sistemas econômicos também são fatores de aumento do problema. Tais condições estiveram presentes no caso da Iugoslávia (Zartman, 1999, p. 4).

Entre as várias causas da Guerra da Bósnia estão a desintegração da autoridade governamental e a da ordem civil após a morte do líder iugoslavo Josep Broz Tito; a falha em resolver a crise da dívida e a resultante deterioração econômica; a falha na aplicação de reformas de mercado, democratização e descentralização política e a crise constitucional; o crescimento do nacionalismo nos anos 1980, especialmente na Sérvia e na Croácia; e, por último, a falha em negociar uma solução para uma melhor estrutura de organização política. O presidente Alija Izetbegovic, da Bósnia, tentou evitar a guerra em sua república multiétnica (muçulmanos, 44%; sérvios, 31% e croatas, 12%), apoiando uma confederação em vez da desintegração total da Iugoslávia. Mas sua abordagem preventiva falhou.

A primeira falha ocorreu porque no fim de 1991 estava claro que Eslovênia e Croácia não desistiriam da independência, especialmente depois do reconhecimento que tiveram em dezembro de 1991 por parte de Comunidade Européia. O reconhecimento europeu deixou a Bósnia com apenas duas opções: buscar independência ou manter-se na Iugoslávia sob domínio sérvio. Seguindo o referendo realizado em fevereiro de 1992, boicotado pelos sérvio-bósnios, o governo de Izetbegovic declarou independência em março de 1992. O reconhecimento da soberania Bósnia ocorreu em abril do mesmo ano, junto à proclamação da República Sérvia da Bósnia-Herzegovina. Os pequenos confrontos iniciados na época do referendo transformaram-se então em uma grande guerra (Ackermann, 1999, p. 44-45).

Uma das limitações dos conflitos dos anos 1990 é que apesar de terem se espalhado para a vizinhança não foram o tipo clássico de conflito interestatal com causas tradicionais como fronteiras, territórios, regimes hostis e recursos (Zartman, 1999, p. 5). O tipo de conflito contemporâneo – seja a natureza dos beligerantes ou o local do campo de batalha – apresenta problemas analíticos e prescritivos para analistas e tomadores de decisão. Como já dissemos, a violência em massa hoje não é lançada apenas entre Estados. Quase dois terços dos

conflitos de 1993 podiam ser definidos como de identidade, constituindo um desafio direto à autoridade estatal (Rasmussen, 1999, p. 30).

Uma vez que os conflitos contemporâneos geram ódios raciais, religiosos e culturais além de lançar o “dilema de segurança” – o alerta étnico crescente faz com que os grupos tomem medidas de segurança que fazem apenas com que outros grupos sintam-se mais inseguros – faz com que a “limpeza étnica” seja mais freqüente, como ocorreu na Bósnia. Tais conflitos sociais prolongados (Azar 1990 apud Rasmussen, 1999, p. 31) ou enraizados (Burton 1987, 1990a, apud Rasmussen, 1999, p. 31) são caracterizados por interação hostil entre grupos, onde ódio, opressão política e econômica e outras formas de vitimização (percebidas ou de fato) acompanham linhas étnicas ou de identidade e, periodicamente, surgem como atos de extrema violência. O dilema é que uma mudança efetiva requer o reconhecimento e a tolerância da diversidade, assim como o acesso à participação no processo que determina as condições de segurança e identidade (Rasmussen, 1999, p. 32).

O conflito ocorre em dois níveis: lados opostos lutam por questões específicas e gerais, o caso e o princípio, a exceção e o precedente. Sérvios na Iugoslávia lutaram por uma Grande Sérvia contra croatas e bósnios que lutaram pelo reconhecimento do estabelecimento de seus Estados e fronteiras. Mas os sérvios também lutaram para estabelecer um Estado (nação) étnico e os bósnios, um Estado multiétnico com um princípio de identidade nacional construído, com os croatas discordando de cada princípio. O conflito surge por causa de velhos limites, critérios e princípios que são quebrados, frente à tentativa de estabelecimento de novos padrões (Zartman, 1999, p. 5)

É a incerteza que segue a passagem da velha ordem da Guerra Fria que permite o surgimento de conflitos de forma simples no fim do milênio. A ausência de uma ordem mundial e de um comprometimento para a aplicação das normas e limites em comportamentos fora do padrão permitiu o surgimento dos conflitos no fim da década de 1990. Não apenas a resposta internacional foi fraca, mas sua fraqueza criou um desafio cada vez mais forte num círculo vicioso de ação e inação. Com o fim da ameaça nuclear e das tensões da Guerra Fria, os líderes mundiais perderam o interesse na mediação e no envolvimento como forma de impor comedimento (Ibid, p. 6).

A desmobilização pós-Guerra Fria gerou a ausência de um sistema de ordem mundial que deixou lideranças e povos sem o senso de forma do mundo, sem uma noção de amigos e inimigos e de um comportamento amistoso ou não e suas reações. No nível doméstico, noções como “soberania como responsabilidade” viraram princípios de cabeça para baixo na busca de melhores regras de comportamento. Na ausência de uma ordem mundial para defender não há o senso de soluções apropriadas. Enquanto a maioria dos mediadores trabalha em busca de uma solução que as partes do conflito aceitem, eles em geral têm guias de ações apropriadas e noções de estabilidade (Ibid, p. 6-7).

Mediadores e beligerantes ainda estão experimentando os requerimentos de uma solução estável, como discutiremos neste trabalho. Até porque a resolução de um conflito é um campo mais amplo do que sua simples finalização, já que a relação entre a resolução do conflito e o fim das hostilidades não é necessariamente direta. As raízes das causas da confrontação podem permanecer mesmo sem guerra ou por causa de um acordo de paz que não se refira a tais questões (Miall, Ramsbotham & Woodhouse, 1999, p. 153). Essa observação é central para se entender a crítica que este trabalho faz ao Acordo de Dayton, que deu fim à Guerra da Bósnia, onde, apesar do fim da violência, as raízes do problema parecem ainda estar presentes. Há várias Bósniás, que coexistem e estão em tensão umas com as outras (Bose, 2002, p. 17-18).

A resolução de conflitos não prescreve soluções específicas ou objetivos determinados à sociedade. O que defende fundamentalmente é a necessidade de mostrar às partes envolvidas na disputa que a agressividade do conflito, geralmente, gera custos que são não apenas inaceitáveis para os beligerantes, mas também para o mundo em geral. A resolução de conflitos é uma busca por caminhos para transformar um conflito real ou potencial em um processo político e social de mudança, apesar das controvérsias existentes a respeito das diferentes maneiras de se buscar a solução para uma disputa (Miall, Ramsbotham & Woodhouse, 1999, p. 63).

Essa última questão abre espaço para a discussão sobre se o mundo pós-Guerra Fria de fato observa um novo tipo de conflito, para o qual são necessárias saídas distintas das desenvolvidas até então. O caso da Guerra da Bósnia é relevante para se discutir este tema. Primeiro, é preciso pensar sobre os tipos de

conflitos que observamos neste mundo que já não está mais sob a influência da disputa bipolar.

Mas a resolução de conflitos deve ser defendida de forma ampla, incluindo não apenas a mediação entre as partes, mas também os esforços para responder a um contexto maior, no qual os atores internacionais, as partes domésticas e as relações internas estão incluídas. Além disso, é preciso ter em mente que embora as teorias e técnicas de resolução de conflitos tenham sido desenvolvidas pelo chamado Ocidente, toda sociedade e sua cultura têm sua própria versão de resolução de conflito. O ponto que se destaca aqui, portanto, não é abandonar a resolução de conflitos por ser uma saída ocidental, especialmente neste momento em que novos tipos de conflito têm surgido, mas encontrar maneiras de enriquecer tradições ocidentais e não-ocidentais por meio de um encontro mútuo. Entre esses pontos é necessário que a resolução de conflitos mude junto à dinâmica também mutante do conflito em si, uma prescrição inconcebível, por exemplo, pela saída clausewitziana (Ibid, p. 4).